



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se presença de todos os vereadores. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões: Ordinária do dia dezoito de novembro, Ordinária do dia vinte e cinco de novembro e Extraordinária do dia vinte e oito de novembro de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas:

- 1) Ofício sem número, Nova Lima, 10 de novembro de 2014, dos Dentistas Especialistas do Centro de Referências Odontológicas da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Externam a insatisfação deles em virtude da carta anexa ao contracheque que lhes foi enviada no dia 04/11/2014, relativa à suspensão do pagamento da gratificação de função correspondente a vinte por cento do salário base.
- 2) Correspondência de Sandro Ragonezi, da Diretoria da Rádio Nova Lima FM. Terça-feira, 25 de novembro de 2014. Agradece pela Moção de Congratulação da Corte Legislativa de Nova Lima aos companheiros de trabalho Lusimar da Cruz e Rodrigo Ferreira, pelo reconhecimento de seus trabalhos.
- 3) Ofício nº 37/2014, Nova Lim, 28 de novembro de 2014, de Janaína de



Jesus Faria, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Assunto: indicação das representantes para o COMDIM. 4) Ofício sem número, Nova Lima, 24 de novembro de 2014, de Antônio João de Moraes, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos e Raquel Faria Silva Coelho, Diretora de Trânsito. Responde requerimento do vereador Nélio Aurélio de Souza quanto à implantação de sinalização estratigráfica do Bairro Jardim Canadá; informa que já está na planilha de execução de serviços a revitalização de toda a sinalização viária do Bairro Jardim Canadá de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu gostaria de reportar para vocês uma mensagem do Padre Marcilon, que está se desligando do quadro de Sacerdotes do nosso município na data de hoje. Ele está sendo transferido para o Distrito de Sabará, Roças Grandes, e vai assumir a paróquia de lá. Então, após seis anos que o Padre Marcilon trabalhou em nossa cidade, fez um excelente trabalho na Matriz do Pilar, ele agora se despede da nossa cidade. Inclusive, o Padre Marcilon participou do culto ecumênico organizado pelo município nos últimos dias, no teatro municipal. E hoje ele estará fazendo a sua primeira missa na nova paróquia, então ele estará celebrando com a presença de fiéis da nossa cidade. É lamentável que foi solicitado à prefeitura um ônibus para levar esses fiéis e a prefeitura negou o pedido. Mas, mesmo assim, os fiéis conseguiram outro ônibus e foram levar o nosso Padre Marcilon para a outra paróquia”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “vereador Leci, talvez se o Padre tivesse dito que teria uma festa lá, que não seria só uma missa, uma coisa como ele tem feito aqui, quando ele estava aqui, Padre Marcilon que sempre foi uma pessoa muito querida. Talvez o prefeito



se animasse porque para festa sempre tem dinheiro, não falta dinheiro para festa. Nem a gente batendo aqui, nem a gente falando. Final de semana teve mais uma festa e quando você vai botar na ponta do lápis... Tem dinheiro para tudo nesse município, só não falta dinheiro para fazer festa”. O vereador José Guedes falou: “eu me sinto honrado de ser o autor do projeto de Cidadania Honorária para o Padre Marcilon. O Padre Marcilon, o tempo em que ele esteve em Nova Lima, ele olhou, principalmente, para a comunidade pobre. Foi um padre excelente, um padre que lutou pelas coisas de Nova Lima, lutou por suas igrejas. Então, é uma palavra meio pesada, mas é ridículo um prefeito negar um ônibus para os fiéis irem daqui à Sabará. Como foi dito aí, dinheiro para festa todo dia tem. Talvez se o padre continuasse em nossa cidade e pedisse um ônibus, ele não teria negado. Ele negou porque o padre foi embora e não vai servir para ele na nossa cidade. Tenho certeza absoluta de que o Padre Marcilon foi um parceiro o tempo todo da Prefeitura Municipal de Nova Lima, de Nova Lima e, principalmente, do prefeito Cássio. Por diversas vezes, eu vi o Padre Marcilon defendendo o prefeito Cássio. Isso é ser muito mesquinho, negar, principalmente, um ônibus para os fiéis. Isso que eu tinha a dizer. A prefeitura joga dinheiro pelos ralos constantemente, toda semana. Eu duvido que este ano passou de liso uma quinzena sem festas em nossa cidade, é todo dia festa para todo lado. Então, eu acho um absurdo ter negado ônibus para os fiéis”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu queria uma informação desta Casa, especialmente do Senhor, como Presidente. O Senhor nomeou uma Comissão Especial para averiguar, investigar a situação do município. Nessa comissão constavam eu, o vereador Flávio de Almeida e o vereador Gilson. Se eu não me engano, era essa a



composição da comissão. Só que já se passou bastante tempo, a gente não teve nenhuma reunião, a gente não teve nenhuma ação por parte dessa comissão. Aí eu queria deixar registrado aqui que eu gostaria que fosse marcada uma reunião para que a gente tomasse as providências da comissão. Porque o objetivo da comissão é investigar as ações do prefeito, até porque a gente está ouvindo falar muita coisa, a gente está recebendo muitas denúncias, muitas reclamações. O que se sabe é que a folha de pagamento está estourada e eu acho que esta Casa tem o papel de fiscalizar, e essa comissão foi criada para isso. Então, se puder marcar a reunião, se puder definir uma data para que a gente comece as investigações para apurar a real situação econômica, a real situação financeira do município seria de grande valia”. O Senhor Presidente disse: “deixem eu só fazer uma observação, o vereador André fez o questionamento da comissão. Durante a semana, eu acho, estou dando só uma recomendação a vocês, que vocês poderiam se reunir durante a semana porque se nós formos... nós temos muita pauta, a pauta muita extensa”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “eu só queria dizer, vereador André, que eu fui substituído nesta comissão. Eu estava no processo pré cirúrgico e pedi a substituição. Salvo engano, o Senhor nomeou o vereador Silvânio”. O Senhor Presidente falou: “eu substituí sim, estou lembrado que a Sua Excelência pediu. Eu lembro que ele pediu para mim em Plenário, eu só não me lembro quem foi que o substituiu”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu pedi em Plenário a substituição”. O Senhor Presidente disse: “pediu em Plenário”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “e foi você, eu acho que sim. Pode olhar na Ata do dia”. O Senhor Presidente falou: “não sei, eu vou olhar e durante a semana e Sua Excelência



terá a...”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu não estou muito ruim de memória não, creio eu que foi o vereador Silvânio”. O Senhor Presidente disse: “a Sua Excelência, durante a semana, terá a oportunidade de saber quem foi substituído e eu vou comunicar à comissão para vocês fazerem uma reunião para ver qual é o caminho. Vereador André, está satisfeito?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “com certeza”. O vereador José Guedes falou: “já que a comissão vai reunir, eu pediria que vocês, os três membros da comissão, investigassem quanto está sendo gasto na folha de pagamento porque, todos os vereadores sabem, que o máximo é cinquenta e quatro por cento. Várias vezes o prefeito falou que ela chegou em cinquenta e oito. Tive informação de que a folha chegou até setenta. No caso, que seja os cinquenta e oito por cento, é muito grave. Se for investigado no pé da letra, nós vamos pedir uma CPI para a cassação do prefeito. Para terminar, eu tive informações também que as obras lá do Benito, da Bela Fama e Nossa Senhora de Fátima, a prefeitura pediu, há poucos meses atrás, um empréstimo de doze milhões. E eu fui orientado, eu vi no papel, hoje as obras daquelas três localidades passarão a custar dezenove milhões. Como que em três, quatro meses, uma obra de doze milhões vai passar para dezenove? Pediria a vocês para investigar isso aí. Nós vamos a fundo porque isso é grave demais e a Câmara está aqui para investigar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “Senhor Presidente, só um esclarecimento. Quando o Senhor nomeia uma comissão, o Senhor é que tem que ficar instigando a comissão a reunir ou os próprios membros entre si é que tem que chamar o outro?”. O Senhor Presidente respondeu: “normalmente, vereadora, a comissão se entende porque aqui nós estamos no meio de pessoas bastante racionais,



elas se entendem e se juntam para resolver. Agora, quando tem algum vereador descontente é natural, às vezes, vim em Plenário e fazer o questionamento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “está ótimo, é só este esclarecimento, obrigada”. O Senhor Presidente disse: “eu queria só lembrar os meus pares, os vereadores, que eu vou ler aqui com bastante calma para eles entenderem: ‘Senhores vereadores que compõem as comissões permanentes da Câmara Municipal de Nova Lima, solicito especial atenção de vocês no que diz respeito aos prazos para elaboração dos pareceres. Existem projetos em tramitação na Casa que possuem prazo para serem devolvidos ao Tribunal de Contas. Neste sentido, informo que se a emissão dos pareceres não for realizada no tempo regimental, serão designados novos Relatores para que se possa dar andamento ao seguimento das matérias’. Eu não vou substituir Comissão nenhuma aqui no Plenário hoje. Só estou lembrando os vereadores, quem fazer parte de Comissão e já está com o prazo expirado, que durante a semana eu vou fazer substituição. Os vereadores têm até quinta-feira para se envolver dentro do projeto e dar os pareceres. Só estou pedindo esta compreensão e espero que o vereador entenda isso porque tem projeto aqui que tem que mandar para o Tribunal. Eu não posso perder prazo, que depois sou eu que vou ser responsável por isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva indagou: “o Senhor pode dizer qual projeto que o Senhor está se referindo?”. O Senhor Presidente respondeu: “não, são alguns, vários. Eu não interferi definitivamente em um, têm vários. Se a Sua Excelência quer saber, eu me lembro, parece que tem um projeto que a sua assinatura e a do José Geraldo Guedes faltam no parecer da prestação de contas do prefeito Cássio Magnani ou Carlinhos Rodrigues, um



dos dois. Mas faltam duas assinaturas e o prazo está expirado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “mas vai entrar agora na minha comissão”. O Senhor Presidente falou: “não vai entrar não. Eu ia entrar, deixei para entrar semana que vem porque eu estou fazendo esta recomendação. Eu o tirei de pauta. Se ele estiver na pauta, eu tirei. Eu tirei de pauta”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “tem um aqui na pauta”. O Senhor Presidente disse: “tem um aí que já deve ter parecer, o outro não tem. Falta o parecer de Sua Excelência com o vereador José Geraldo Guedes. Eu tirei de pauta e estou fazendo essa recomendação durante a semana. Não é esse aí não. O que estava faltando parecer eu tirei. Então, estou fazendo a recomendação porque ele tem prazo e, durante a semana, a Sua Excelência com o vereador podem... É evidente, saber o caminho que é o melhor de Suas Excelências tomarem em termos do parecer”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 299/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2013”. Encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei Complementar nº 1.491/2014, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Regularização Fundiária no âmbito do Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei Complementar nº 1.493/2014, autoria Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 1.867 de 21/06/2005, além de dar outras providências”. O Senhor Presidente comunicou: “encaminho o referido projeto à Comissão de Legislação e Justiça”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira



indagou: “Senhor Presidente, o Senhor não vai atender ao pedido do prefeito que pede regime de urgência?”. O Senhor Presidente respondeu: “ele já foi lido. A matéria, ele leu com regime de urgência, está escrito. Não precisa pedir não, está no projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira perguntou: “pois é, mas ele pede aqui dispensa de interstícios e pareceres. O Senhor vai... Ele vai tramitar normal?”. O Senhor Presidente respondeu: “ele vai tramitar normal, mas já tem no projeto medida de urgência. Ele está com medida de urgência no projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “eu sei, Senhor Presidente. Mas aqui ele pede com dispensa de interstícios e pareceres. O Senhor vai tramitar normal?”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “vereadora, a senhora que tem que fazer o pedido”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “pois é, eu estou perguntando para ele porque ele já colocou para a Comissão de Legislação e Justiça, sendo que aqui pede a dispensa”. O Senhor Presidente disse: “vereadora, é porque ele tem que ser votado esse mês, medida de urgência, e aí fica à critério da Presidência. Nós temos prazo porque é matéria que vai ser executada o ano que vem, então, ela tem que ser votada neste ano. Até porque isto é questão de valores, da Planta Genérica do Município e isso não pode ser votado no mesmo ano que vai ser aplicado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “não, Senhor Presidente, não é esse não, é do estágio”. O Senhor Presidente indagou: “é do estágio que a senhora está falando?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu: “do estágio”. O Senhor Presidente falou: “ele está com medida de urgência também, tem que ser votada. Foi lido com medida de urgência. A Sua Excelência quer... Eu vou aplicar a medida de urgência durante a semana. Eu vou





aplicar no projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “certo, então o Senhor vai distribuir, vai pedir a dispensa de pareceres de acordo com o que está aqui?”. O Senhor Presidente disse: “de acordo com o que está no projeto, está bom? Eu só estou encaminhando à Legislação e Justiça porque o nosso Secretário encaminhou para mim aqui à Legislação e Justiça. Mas dentro do projeto, no bojo do projeto, está pedindo medida de urgência. Ele vai ser executado na medida de urgência. Não é isso? Não é isso, Diego?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “não, Senhor Presidente. É isso que eu estou querendo mostrar para o Senhor. O Senhor não está acatando uma solicitação do prefeito. E aí, como líder, eu gostaria que o Senhor consultasse”. O Senhor Presidente falou: “eu não preciso consultar o Plenário para medida de urgência, vereadora, está no bojo do projeto. A Sua Excelência quer que consulte? Não há necessidade”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “não é isso. Aqui o prefeito pede com dispensa de interstícios e pareceres”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “ou seja, a votação hoje”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “é”. O Senhor Presidente falou: “agora o vereador falou votação hoje. Aí sim, votação hoje. Se falou votação não tem problema. Aí sim, porque a primeira palavra votação foi o vereador Gilson que falou agora. De acordo com a urgência do projeto...”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, mas só uma dúvida, para poder até ajudar a líder do prefeito. Nessa mensagem aqui veio a instrução revogando a Lei Municipal de 21 de junho de 2005, revogando a lei. E, também, a nova lei que autoriza aplicar a lei federal. Essa lei que nós autorizamos não está aqui. Só está a que vai ser revogada. Como que nós vamos votar isso hoje?



Vereadora, só está a Lei nº 1.867 de 21 de junho de 2005. A nova lei não está”. O Senhor Presidente disse: “vereadora, eu consulto a semana que vem que dá tempo. A medida de urgência eu consulto a semana que vem a hora que a Sua Excelência pedir a lei que faz parte do projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “vereador, ele está pedindo a autorização para aplicar a Lei Federal”. O vereador Leci Alves Campos falou: “mas tem que ter uma lei nossa autorizando-o a aplicar a lei”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “ele está pedindo autorização para aplicar a lei”. O vereador Leci Alves Campos disse: “está certo. É porque estava no anexo aqui. Está certo, vereadora, está certo”. O Senhor Presidente afirmou: “está certo? O prefeito pediu medida de urgência no projeto, dispensa de interstícios e pareceres, que seja votado hoje. É isso, vereadora?”. O vereador Leci Alves Campos falou: “é porque na própria lei, Senhor Presidente, só para os nobres vereadores entenderem, no próprio Projeto de Lei que é o 1.493, o Executivo já revoga no artigo primeiro e já autoriza no artigo segundo. Ele já juntou os dois no mesmo projeto de lei”. O Senhor Presidente indagou: “está bom assim, vereador?”. O vereador Leci Alves Campos respondeu: “está entendido”. O Senhor Presidente registrou: “estou consultando o Plenário, se o Plenário concorda que seja votado hoje, dispensa de interstícios e pareceres. Está em discussão, o Plenário concorda? Permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “Senhor Presidente, eu quero dizer que eu discordo porque eu não sei nem do que se trata, entendeu? Então, eu preciso pelo menos saber do que se trata e aí eu preciso de um tempo para avaliar, pelo menos saber. Não sei nem que lei é essa que se refere, qual é a Lei Federal que ele está se referindo, a lei que está revogando, eu não tenho



conhecimento, estou tomando conhecimento agora. Então, por isso, eu não concordo com a dispensa de interstícios e pareceres”. O Senhor Presidente afirmou: “a medida de urgência está em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. O vereador está votando contra ou se abstendo? Não concorda, contra”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio falou: “a comissão, Presidente”. O Senhor Presidente registrou: “é a medida de urgência, não é, vereador? Ela está pedindo. A medida de urgência pode ser votada. Não é isso? É porque quando eu apliquei aqui, na semana passada, esse projeto dos empresários, eu fui muito, na minha opinião, democrata. E por isso que o negócio se arrastou, que o interesse era esse mesmo, a gente aperfeiçoar mais. Mas hoje o Plenário é soberano para decidir porque é medida de urgência”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “Senhor Presidente, a dispensa de interstícios e pareceres depende da validação da comissão, isso aí não muda não”. O Senhor Presidente afirmou: “não, não é não, vereador. O Plenário decide, é soberano para decidir. O Plenário é soberano, vereador. O Plenário é soberano, estou certo? O Plenário é soberano”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “então, nessa questão mudou da semana passada para agora”. O Senhor Presidente registrou: “não mudou nada, é porque a semana passada...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “não é semana passada não, Senhor Presidente. Desde o início do ano, todas as questões, quando uma comissão não concordou, então... Desde o início do ano não, desde o início da legislatura, desde que eu sentei aqui. Se a lei fala isso, se o Regimento da Casa fala a respeito disso, então, o Senhor estava sendo complacente já há dois anos porque sempre foi dessa forma. Sempre foi. O Senhor sempre consultou a comissão, se a comissão



concordasse, então havia a dispensa de interstícios e pareceres. Se uma das comissões não concordasse, não havia a dispensa de interstícios e pareceres. Então, essa foi a questão”. O Senhor Presidente afirmou: “foi a questão, realmente. O problema, vereador, que a medida de urgência, se a Sua Excelência quiser que eu passe esse projeto e continue. O Diego vai até olhar o artigo aí, a medida de urgência, o Plenário é soberano para deliberar ela. É porque, às vezes, eu não aplicava ela, em democracia, o que já aconteceu com os próprios empresários, que eu podia ter aplicado ela e não apliquei. Então, é... Explicando à Sua Excelência mais ou menos, exatamente o que a Sua Excelência falou. O senhor tem preferência que eu passe o projeto e espero ele tirar a informação para Sua Excelência ou não?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “não, eu estou dando o meu voto. Agora, eu sou contra. Se o Plenário é soberano, vai ganhar, paciência. Mas eu sou contra, entendeu?”. O Senhor Presidente registrou: “é um direito de Sua Excelência votar contra. A comissão, eu acabei de explicar ao vereador que, quando pede medida de urgência, o Plenário é soberano para decidir. Tanto é que eu, na reunião dos empresários, eu desmembrei o projeto. É só democraticamente, atendendo aos vereadores. Mas quando é medida de urgência, o Plenário é soberano pela matéria”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “Senhor Presidente, a matéria que envolve questão financeira, é óbvio que ela tem que passar pela Comissão de Orçamento. E a finalidade dela é fiscalizar e ver se ela está dentro das regras. Agora, ainda que o Senhor tenha essa prerrogativa de consultar o Plenário e o Plenário é soberano para que haja a dispensa de interstícios e pareceres, eu entendo que toda matéria financeira que passar nesta Casa, a não ser que haja um prévio



consentimento da Comissão de Orçamento, eu entendo que ela tem que passar pela Comissão de Orçamento, senão...”. O Senhor Presidente afirmou: “a única matéria na Casa que não tem dispensa de interstícios e pareceres é o Orçamento, só. Ele não, ele tem que entrar na Casa e ter os trâmites naturais da Casa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “então, mas que fique claro que nós estamos abdicando do direito de verificar se uma matéria financeira está dentro das leis. Lembrando que nós estamos lidando com um município quebrado. Com um município à beira da falência, com uma administração que está dando aula de incompetência. Com uma administração que tem milhões de recursos e que não consegue administrar. Mandando gente embora, cancelando concurso que esta Casa aprovou e que o município precisa de Guarda Municipal. Hoje nós tivemos a comissão conversando com o Soldado Flávio, que foi o autor do projeto. E a situação do município requer que esta Casa, todo e qualquer projeto de lei, por mais bem intencionado que seja, seja muito bem fiscalizado. Esse é o meu ponto de vista, é o ponto de vista deste vereador”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “Senhor Presidente, eu acho que nós poderíamos, então, fechar a porta desta Câmara Municipal de Nova Lima e esquecer de comissões. É muito fácil, eu sou o prefeito, então, mandar todo projeto para cá em regime de urgência”. O Senhor Presidente disse: “isso é prerrogativa dele”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “para quê Comissão de Legislação e Justiça? Para quê as comissões?”. O Senhor Presidente falou: “vereador, deixa só eu falar para Sua Excelência. O prefeito tem a prerrogativa de mandar projetos de urgência ou não. Isso é prerrogativa dele”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “então manda todos”. O Senhor Presidente



disse: “o senhor pergunta ele. Pergunta ele, quando tiver a oportunidade de perguntar”.

O vereador Fausto Niquini Ferreira indagou: “para quê as comissões, então?”. O Senhor Presidente respondeu: “as comissões são respeitadas dentro do Regimento da Casa”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “respeitadas quando o Senhor quer, Presidente”. O Senhor Presidente falou: “não, vereador. Vereador, a Sua Excelência está se exaltando à toa. Eu estou conversando com o vereador André aqui, ainda falei para o vereador André, eu passo, espero o projeto, que o Diego está olhando ali e nós vamos constatar, a Sua Excelência, vereador André, que é dessa forma, passo para o outro projeto. Agora, a Sua Excelência vem falar para mim que ‘quando eu quero’? Eu nunca fui autoritário nesta Casa. Como que o senhor abre a boca para falar uma bobagem dessas?”. O vereador Fausto Niquini registrou: “o senhor mesmo acabou de dizer aí... ou então eu não estou entendendo bem. Acabou de dizer aí que eu sou autoritário”. O Senhor Presidente disse: “quando eu quero? Eu nunca fiz isso aqui”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “as palavras do Senhor foram essas”. O Senhor Presidente falou: “eu estou esperando o Diego me dar o parecer aqui, estou com o projeto aqui do lado, ele está ainda nas proposições, ele pode esperar porque ele está nas proposições ainda”. O vereador Fausto Niquini registrou: “eu até tenho o Senhor como um Presidente muito democrático, mas hoje está me causando estranheza”. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, eu lembro de uma reunião onde eu disse na Casa e fui mal entendido. Eu disse que regime de urgência se faria o que está fazendo hoje. Aí quando eu disse para o Senhor que a democracia é muito boa, com regras. Quando se quebra as regras, ocorre o que ocorreu hoje nesta Casa porque ocorre o que?



No regime de urgência, o Senhor consulta o Plenário. Esta foi minha briga no ano passado. O Senhor consulta o Plenário, o Plenário entende, aquele vereador de comissão que sentir que não está certo, ele faz um parecer contrário. Foi sempre assim. Na época de José Guedes, de Ângela, de Leci, foi sempre assim. Então, ou seja, é o momento. É igual a Lei Orgânica, quando eu disse para o Senhor ‘eu lavo as mãos’. Porque nós quebramos todos os prazos, todos. Então, a democracia sem as regras que a Lei diz vira isso aqui. Vira esse negócio porque todo mundo acha que tem razão. E toda regra quando vira costume vira, de novo, o que a Casa está hoje nessa discussão. Então, se quebra um dia, se quebra outro dia, chega um dia que não tem como quebrar. Esse é o problema”. O Senhor Presidente afirmou: “e eu me considero, com toda a honestidade, uma pessoa extremamente democrática”. O vereador Flávio de Almeida falou: “aí eu lembro o que falei com o Senhor naquela noite”. O vereador José Guedes registrou: “quero dizer para o Senhor que nós estamos no vigésimo primeiro mês de mandato e mais dois dias e que, esse tempo todo, várias vezes o Senhor disse aí se um vereador não concordasse, principalmente vereador da comissão, principalmente financeira, que tivesse custos, que o Senhor atendia, que não ia colocar em pauta, tiraria de pauta, mandaria para as comissões. Então, o tempo todo foi, esse mandato todo foi assim. E me causa estranheza também porque que esse que a gente, com absoluta certeza, todos nós não somos contra esse projeto. Mas nós temos o direito, eu, o André e a Ângela, nós temos o direito de pedir para que encaminhe à nossa comissão”. O Senhor Presidente disse: “está bom, vereador. Mas eu, como diz o vereador Flávio, eu já expliquei duas vezes. O projeto, medida de urgência, ele é soberano dentro da Casa, no Plenário, para o



Plenário votar dispensa de interstícios e pareceres. Isso não é eu não. Se eu fiz lá atrás é o que eu acabei de falar, que eu, democraticamente, liberava, até porque uma liberação da Presidência, eu poderia fazer essas intervenções, como Sua Excelência está falando aí. Mas o prefeito está pedindo medida de urgência, foi recomendado pela líder dele em Plenário e eu estou reafirmando. Não sei se a Sua Excelência lembra, eu não me lembro um dia que chegou no Plenário alguém reafirmando uma medida de urgência para mim aqui. Não me lembro, nenhum dia”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “Senhor Presidente, é só mais uma fala. E nós ainda conseguimos confundir as coisas. Veja bem: em qualquer momento que um dos dez vereadores pedir em cima de qualquer projeto que seja votado em sua primeira e segunda, se consulta o Plenário. Essa é a confusão que está tendo. Quando qualquer vereador pedir, tem que consultar o Plenário, independente da matéria. A confusão está aí”. O Senhor Presidente falou: “tem que consultar o Plenário, mas medida que não é de urgência”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “Senhor Presidente, eu quero aproveitar a presença do nosso Diretor Wilsinho Otero e parabenizar pelas árvores de Natal, a cidade está muito bonita. Quero parabenizar o nosso companheiro Wilsinho Otero e o prefeito Cassinho pela decoração de Natal. E também estive na apresentação dos Policiais Militares. Eu estou muito satisfeito por ver os Policiais Militares em todos os cantos de cada bairro. Parabéns. Mande esse abraço ao prefeito Cassinho, parabéns Wilsinho Otero”.

4) Projeto de Lei Complementar nº 1.494/2014, autoria Poder Executivo, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto





sobre a Propriedade no exercício de 2015”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei Complementar nº 1.495/2014, autoria Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 1.914 de 28 de dezembro de 2005 – Taxas, modificando e corrigindo itens e valores em sua respectiva tabela”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente disse: “o projeto que eu pedi para... que vai acabar a matéria... vão esgotar aqui as proposições e eu deixei para consultá-lo no final. Vou ler aqui qual é o artigo: ‘Subseção I. Requerimento sujeito ao despacho do Presidente. Art. 197. Será despachado de imediato pelo Presidente o requerimento que solicite: XIV – a dispensa de interstício para que o projeto sob regime de urgência, votado em primeira discussão, seja incluído na Ordem do Dia imediata’. Inciso 14 do artigo 197 do Regimento da Casa. O projeto que a vereadora Ângela Lima pediu dispensa de interstícios, pareceres e seja votado hoje. Está em discussão, está em votação. Os vereadores que concordam que ele passe para a segunda parte, para entrar em votação. Ele vai passar para a segunda parte, permaneçam como estão. Vereador André...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “eu não concordo”. O Senhor Presidente falou: “não concorda, contra. Vereador José Geraldo Guedes contra. Vereador Fausto Niquini contra. Vereador Leci Alves Campos contra. Cinco votos aprovando e quatro contra. Vereador Alessandro, o senhor vota em qual? Contra. São cinco votos contra e cinco a favor. Eu vou opinar porque o Regimento me dá esse poder de tramitação em votações. Passa para a sua segunda parte, estou votando com o projeto. Foram cinco votos, com o de minerva, seis a cinco”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão



de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.488/2014, que “Autoriza o Executivo Municipal a promover a doação onerosa dos imóveis públicos aos permissionários de bens imóveis que menciona e dá outras providências” e informou: “durante a semana eu nomeei um Relator para substituir o Pastor André devido ao prazo já estar vencido. Eu vou mandar ele ler o parecer...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva indagou: “Senhor Presidente, o senhor nomeou uma outra Comissão?”. O Senhor Presidente respondeu: “não, eu não preciso nomear Comissão, só o Relator”. O vereador André Luiz Vieira da Silva perguntou: “o senhor nomeou um outro Relator?”. O Senhor Presidente respondeu: “Relator”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “o Relator no caso aqui da Comissão é o vereador José Guedes. Eu, em concordância com ele, nós dois, ele fez um..., na verdade o parecer não foi feito porque foram pedidas informações que até agora não chegaram”. O Senhor Presidente disse: “mas eu dei prazo para a Sua Excelência”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “mas as informações não chegaram do Executivo. Inclusive, eu queria solicitar ao senhor, que esse projeto o senhor vai querer colocar em votação, certo? Eu queria solicitar ao senhor, se possível, a gente pudesse suspender a reunião por cinco minutos para a gente discutir, inclusive, que há uma dúvida em relação a este projeto, até com relação à votação, que eu queria que o senhor esclarecesse a respeito da votação, de que forma ela vai ser votada. Se o senhor puder suspender a reunião”. O Senhor Presidente falou: “vereador, isto é um caso totalmente democrático. Está suspensa por cinco minutos. Está bom para a Sua Excelência?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva respondeu: “está ótimo”. O Senhor Presidente reabriu os trabalhos,



verificando que os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, André Luiz Vieira da Silva, Fausto Niquini Ferreira, José Guedes e Leci Alves Campos não retornaram ao Plenário, informou: “não podemos continuar esta reunião porque não tem quórum. De acordo com o Regimento, eu não posso..., quando não tem quórum eu tenho que encerrar a reunião”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, antes de o senhor terminar, eu ainda posso fazer uso. Eu queria que acrescentasse nos Anais da Casa que eu me faço presente, só isso”. O Senhor Presidente disse: “podemos registrar isto sim. Eu também estou aqui, sempre estive aqui presente. Isso é questão que o vereador pode pronunciar. Somente isso, por favor, que está presente na Casa, até para constar em Ata”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, eu quero registrar a minha presença também na Casa e pedir desculpas para os empresários presentes”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “idem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, eu também quero pedir que se registre a minha presença aqui, mais do que isto, que se registre o compromisso nosso, não é vereadora Ângela, nosso, do governo com os empresários que estão aqui. Aliás, fui conversar com um ali agora e ele preocupado com as emendas. Eu falei ‘olha, vamos votar o projeto porque é interessante para vocês”. O Senhor Presidente disse: “não prolonga não, por favor. Eu vou só registrar que eu também sempre estive presente para votar. E não me cobre nenhum empresário porque sempre estive aqui para votar. Porque as consequências são cruéis. Encerro esta reunião”.